

**Multiculturalismo e alfabetização sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica**

*Multiculturalismo y alfabetización bajo la perspectiva de la pedagogía histórico-crítica*

Adriany de Moraes Leonardo  
Demilto Yamaguchi da Pureza  
Cássia Hack

**Universidade Federal do Amapá- Unifap**  
Macapá/AP-Brasil

**Resumo**

Este artigo discorre sobre o multiculturalismo na alfabetização e objetiva discutir essa temática sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, a fim de contribuir com os estudos acerca do currículo. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa documental, fundamentada nos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, em documentos que orientam a alfabetização no Brasil, buscando aproximações e contradições com multiculturalismo. Como resultado preliminar, constata-se que a maioria desses documentos prioriza a inserção do multiculturalismo no currículo, em detrimento das formas mais elaboradas de leitura e de escrita, bem como de conteúdos primordiais para a aprendizagem. Desse modo, defende-se um currículo pensado a partir da Pedagogia Histórico-Crítica, a qual apresenta contribuições imprescindíveis para uma educação emancipatória e humanizadora.

**Palavras-chave:** Pedagogia Histórico-Crítica; currículo; multiculturalismo.

**Resumen**

Este artículo analiza la multiculturalidad en la alfabetización y tiene como objetivo discutir este tema desde la perspectiva de la Pedagogía Histórico-Crítica, con el fin de contribuir a los estudios sobre el currículo. Para ello, se desarrolló una investigación documental, basada en los supuestos de la Pedagogía Histórico-Crítica y la Psicología Histórico-Cultural, en documentos que orientan la alfabetización en Brasil, buscando enfoques y contradicciones con la multiculturalidad. Como resultado preliminar, parece que la mayoría de estos documentos priorizan la inclusión de la multiculturalidad en el currículo, en detrimento de formas más elaboradas de lectura y escritura, así como de contenidos esenciales para el aprendizaje. De esta forma se defiende un pensamiento curricular desde la Pedagogía Histórico-Crítica, que presenta aportes esenciales para una educación emancipadora y humanizadora.

**Palabras-clave:** Pedagogía Histórico-Crítica; currículo; multiculturalismo.

## **Introdução**

Ao longo dos anos, as pesquisas sobre alfabetização têm ocupado destaque no cenário educacional, mas isso não significa que essa fase de ensino tenha sido tratada com a importância que realmente merece, mas, ao contrário disso, é cada vez mais minimizada ao simplismo pedagógico. Nesse contexto, os estudos acerca do currículo também suscitaram diversas discussões na história da educação brasileira, enfatizando a temática do multiculturalismo; a própria noção de currículo também é vista sob diversos entendimentos e concepções.

Nessa direção, promoveram-se debates que colocavam a questão da diversidade como algo primordial para tais discussões, o que resultou, a partir de 1990, em reformas educacionais, as quais inseriram o multiculturalismo e fortaleceram políticas que reforçavam a valorização do capital acima de tudo.

Em meio a esses debates educacionais, o conceito de alfabetização também tem sido questionado, sendo, por hora, considerada apenas uma fase de codificação e decodificação e, por outra, uma fase para, simplesmente, situar a criança no meio social. Entretanto, a noção de alfabetização aqui tratada, com base na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e com contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, vai além de somente ensinar a decodificar, também vai além de uma fase de aprendizagem para a vida cotidiana, mas consiste em um processo dialético, que ultrapassa esses patamares.

Por outro lado, as perspectivas hegemônicas que permeiam a educação acabaram por distanciar essa possibilidade, e, em alguns casos, anulá-la. A temática do multiculturalismo, que se veste de verdade absoluta e mascara o saber objetivo, muito contribuiu para esse distanciamento. Desse modo, a discussão acerca dos elementos que fazem parte do currículo da alfabetização é primordial, visto que essa fase de ensino tem objetivos muito maiores, que precisam ser alcançados.

Então, cada vez mais se evidencia a necessidade de teorias que possam apresentar propostas pedagógicas vinculadas a uma concepção crítica e emancipatória, especialmente na alfabetização, que será a base para que os estudantes compreendam as próximas fases escolares. Em prol desse objetivo, estudiosos têm, cada vez mais, se unido para propor uma

educação que possa fazer com que a escola cumpra seu verdadeiro papel. Daí a importância de estudos nessa área.

Assim, ressaltam-se neste artigo dois questionamentos basilares: de que forma o multiculturalismo aparece no currículo da alfabetização? Qual a relação entre multiculturalismo e currículo em uma visão histórico-crítica?

Buscando a resposta a essas questões, foi proposto um estudo qualitativo, valendo-se do método documental que, para Gil (2006), indica relevância ao se perceber os caminhos traçados em documentos.

O procedimento adotado buscou informações nas seguintes fontes primárias: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996); Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (BRASIL, 2013), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997); Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018); e Política Nacional de Alfabetização (PNA) (BRASIL, 2019), evidenciando-se, de forma geral, elementos que continham a temática do multiculturalismo ou indícios dela para a alfabetização.

Com a intenção de responder às perguntas que emergiram da pesquisa, este trabalho apoiou-se nos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, de acordo com os estudos de Saviani (2011); nos estudos da Psicologia Histórico-Cultural e do desenvolvimento da escrita na alfabetização, Martins (2013;2016), Dangió e Martins (2018) e Gontijo (2014); como também nos estudos acerca do currículo, Malanchen (2016) e Duarte (2010, 2008); dialogando com autores que versam sobre a relação entre multiculturalismo, alfabetização e currículo sob outras perspectivas, evidenciando as aproximações e divergências teóricas acerca do tema.

Apresentamos, primeiramente, uma discussão sobre a inserção dessa temática no currículo e suas objeções, com base em estudos já postulados pela PHC e, em seguida, uma breve análise de como o multiculturalismo aparece nos documentos para a alfabetização, seguindo-se das considerações finais.

### **Alfabetização, multiculturalismo e currículo à luz da Pedagogia Histórico-Crítica**

A alfabetização tem passado por diversas fases ao longo da história da educação brasileira, variadas formas de ensino e orientação curricular fizeram parte desse período

## *Multiculturalismo e alfabetização sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica*

escolar, mesmo que, a princípio, não formalmente. Passou-se de um ensino mais rígido, mecânico e tradicional a um ensino totalmente desvinculado de conteúdos essenciais para uma real aprendizagem, tendo como meta a espontaneidade, entretanto nenhuma dessas modalidades foi capaz de superar os desafios já postos desde os primeiros modelos educacionais brasileiros.

Assim, principalmente após os anos de 1990, muitos autores tentaram pesquisar esse período escolar para defini-lo, por exemplo, Magda Soares, Emília Ferreiro, Paulo Freire, Ana Teberosky, Mary Kato, Angela Kleiman, Luiz Carlos Cagliari, Lígia Martins, Meire Dangió, Ana Carolina Marsiglia, Cláudia Gontijo, entre outros, mas as divergências sobre o assunto ainda são evidentes.

Dentre as definições de alfabetização, Gontijo (2014, p. 14-18) destaca, com base no relatório de 2006 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), quatro conceitos<sup>i</sup>: a) “alfabetização como conjunto autônomo de competências”, relacionada à marcha sintética e analítica; b) “alfabetização como aplicada, praticada e situada”, pautada na prática e no contexto social; c) “alfabetização como processo de aprendizagem”, a qual postula que as crianças se alfabetizam conforme vão aprendendo; e d) “alfabetização como texto”, que concebe os estudos com base no discurso que se expressa nos textos.

Os estudos de Ferreiro (1987) também influenciaram a forma de se pensar alfabetização no Brasil. Tais estudos estavam fundamentados nas pesquisas piagetianas e nas hipóteses criadas pela criança no processo de alfabetização, pautando-se no espontaneísmo, o que fez parte de muitos documentos oficiais.

Também há os estudos de Soares (1998, 2004), que defendem uma abordagem pedagógica na relação entre alfabetização e letramento, sendo este último, segundo a autora, uma forma de inserção da leitura e da escrita nas práticas sociais.

Por outro lado, na perspectiva da PHC<sup>ii</sup>, teoria desenvolvida por Dermeval Saviani, com contribuição de diversos autores, a alfabetização ocorre em um processo complexo que humaniza o sujeito e o transforma para, a partir disso, dar-lhe a oportunidade de intervir em seu próprio meio. Desse modo, instrumentaliza o educando, gerando impactos tanto para a vivência escolar na qual está inserido quanto para o desenvolvimento das próximas

etapas educacionais. Assim, o ensino da leitura e da escrita deve levar em consideração as funções psíquicas superiores (MARTINS, 2013) e a periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico (MARTINS, 2016).

Dessa forma, a leitura e a escrita desenvolvidas nesse processo contribuirão para que o educando atinja graus mais elevados, passando a ter uma aprendizagem consciente, alcançando o máximo de suas potencialidades, visto que, para esta teoria, “a linguagem eleva o psiquismo humano, fazendo-o alçar patamares cada vez mais complexos por meio da apropriação do universo simbólico criado pelo coletivo dos homens.” (DANGIÓ; MARTINS, 2018, p.11).

A PHC traz em seu bojo alternativas para a superação da forma burguesa de educação. Segundo Saviani (2011), ao mesmo tempo em que a Pedagogia Histórico-Crítica luta contra a hegemonia de teorias não críticas ou crítico-reprodutivistas no meio educacional, defende a transmissão de conteúdo em uma visão materialista dialética, a especificidade da escola e a importância do trabalho escolar como pontos necessários ao desenvolvimento cultural.

Ao falar de alfabetização, é imprescindível falar de currículo, e o termo também é apresentado sob diferentes pontos de vista, com base em diversas teorias curriculares. Adotamos, neste trabalho, a noção de currículo em uma concepção marxista, com contribuições da Psicologia Histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, as quais defendem a transmissão de conteúdos ricos e elaborados, para que o educando se desenvolva por meio do processo educativo. De acordo com Saviani (2011), também se faz necessário ter uma melhor noção de currículo para a educação, pois a falta dessa noção descaracteriza o trabalho escolar e tem gerado muitos problemas.

O currículo representa as atividades nucleares que a escola realiza (SAVIANI, 2011). Embora a Pedagogia Histórico-Crítica não tenha desenvolvido trabalhos específicos sobre a teoria curricular, é possível identificar suas contribuições para sua elaboração, pois segundo Marsiglia (2011), a escola pode contribuir para a transformação da sociedade, influenciada pelo modo como os conteúdos são discutidos, apresentados e inseridos no planejamento.

## *Multiculturalismo e alfabetização sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica*

A plurissignificação do termo multiculturalismo, que foi difundido primeiramente nos Estados Unidos e no Canadá, faz com que também sejam diversas suas concepções. Esses estudos multiculturais “[...] transferem para o plano político a discussão sobre a diversidade cultural, sempre atrelada ao campo dos estudos antropológicos. Assim, é a compreensão do campo da antropologia que fundamenta a teoria dos estudos multiculturais” (MALANCHEN, 2016, p. 73).

Esse debate já ganhava dimensão desde 1990, com as reformas educacionais que, segundo Malanchen (2016), tinham como alvo o currículo, os quais inseriram o multiculturalismo como uma das temáticas influenciadoras do ensino e que tem se mantido na elaboração dos documentos oficiais. Em razão disso, acabam “guiando” os conteúdos curriculares, em especial, os da alfabetização, direcionando a educação a favor do capitalismo.

Destarte, a discussão sobre a fusão entre currículo e multiculturalismo se difundiu entre os estudiosos que defendiam a inserção da temática multicultural nos documentos oficiais, como também entre os que a consideravam uma dispersão para o cumprimento da função essencial da escola. Dentre os conceitos defendidos, Moreira e Candau (2003) colocam a pluralidade e a diversidade no centro do currículo. Esses autores desconsideram a ideia de hierarquia entre os saberes, contemplando princípios multiculturais.

No mesmo sentido, Candau (2012) argumenta que o multiculturalismo representa uma descrição da sociedade contemporânea, que ganha diferentes dimensões de acordo com o contexto político, histórico e sociocultural. Segundo esse pensamento, a escola deve ser um espaço aberto à crítica cultural, propiciando o debate, visto que, segundo a autora, nosso país é construído sob uma forte base multicultural.

O multiculturalismo é classificado<sup>iii</sup> por McLaren (1997) em multiculturalismo conservador, multiculturalismo liberal, multiculturalismo de esquerda e multiculturalismo crítico. Dentre essas classificações, o multiculturalismo crítico é o mais utilizado pelos teóricos brasileiros, principalmente nos documentos oficiais para a educação, e apresenta a temática da diferença como uma construção histórica, cultural e política.

Para Silva (2009), como característica do multiculturalismo crítico é apresentado o fato de ele não conceber separadamente as diferenças culturais das relações de poder. Esse

tipo de multiculturalismo vê no papel das representações e da linguagem a construção da identidade, ao exemplo de ideais do pós-modernismo (MALANCHEN, 2016).

Já Moreira (2001) posiciona-se contra um multiculturalismo que promova no ambiente escolar festas e comemorações a favor de um grupo social. Para o autor, a questão não se trata da substituição dos saberes hegemônicos pelos saberes subalternos, mas a geração da possibilidade de crítica que advém no tensionamento entre as vozes hegemônicas e as dos grupos oprimidos.

Percebe-se, então, que esse conceito, para alguns autores, leva em consideração a manutenção das condições sociais vigentes, para que o educando se adapte ao meio em que vive. Entretanto, na contramão desse processo, pesquisas contra-hegemônicas lutam para propor uma escolarização que seja capaz de oferecer um ensino muito mais elaborado a partir de conteúdos clássicos da produção humana, histórico e culturalmente produzidos, de modo que esses conteúdos, inseridos no currículo, desenvolvam as máximas potencialidades dos educandos.

Para autores que criticam a hegemonia do multiculturalismo na educação, essa ideologia pós-moderna constitui-se como algo negativo para a ruptura do modelo educacional burguês.

Em uma análise à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, esses ideais multiculturalistas, embora propaguem a defesa de uma melhor educação, trazem um modelo de currículo que valoriza apenas determinados grupos, de forma fragmentada, defendendo interesses individuais e não coletivos. Para PHC, a luta não deve ser de grupos, mas de classes, ou seja, a classe trabalhadora precisa romper com o processo de exploração pelo qual passa, para que tenha uma real transformação social. Dessa maneira, os outros grupos também seriam contemplados.

Nesse pensamento, a PHC apresenta diversas críticas ao multiculturalismo, diante de suas contradições para a educação, pois este prioriza a cultura popular, não a erudita, além da não valorização da sistematização dos conteúdos, mantendo o educando atrelado aos padrões do capitalismo.

## *Multiculturalismo e alfabetização sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica*

O multiculturalismo traz consigo uma série de contradições que sutilmente vão sendo inseridas no currículo, e, conseqüentemente, na educação. Tais incoerências acabam fortalecendo o conservadorismo e trazendo ambigüidades ao currículo escolar, um exemplo disso é a própria inconsistência na definição de cultura (DUARTE, 2010). Isso também gera dúvidas na hora de os professores avaliarem o que realmente deve ser ensinado.

Dentre os grupos de discussão educacional, emergiram diversas abordagens sobre o currículo. O caderno *Currículo, Conhecimento e Cultura* (MOREIRA; CANDAU, 2008) aborda questões sobre o desenvolvimento curricular nas escolas, apontando a pluralidade e a diversidade em sua centralidade, expondo que pesquisadores sobre a temática estavam desvinculando-se dos conhecimentos que deveriam compor o currículo e sua relação com a cultura.

De acordo com os dois autores supracitados, não há hierarquia entre os saberes, sejam eles socialmente reconhecidos ou populares, destacando-se que tal hierarquia gera a manutenção das desigualdades, sendo a favor, portanto, de princípios multiculturais. Para Moreira e Candau (2008), esse currículo precisa superar a cultura europeia hegemônica, abrindo a escola para uma cultura popular, que vai além da cultura erudita. Esse tipo de abordagem também se reflete nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

No entanto, isso vai na contramão do que Saviani (2011) afirma: que a escola deve se preocupar principalmente com o saber elaborado e com a cultura erudita, não com a cultura popular, pois sem a posse desses conhecimentos, tem-se o processo de democratização neutralizado, e os educandos precisam ter a oportunidade de conhecer aquilo que não lhes foi dado. Portanto, o autor defende que é necessário que se promova no ambiente escolar o acesso ao saber erudito e sistematizado para que então se possa expressar os conteúdos da cultura popular de acordo com o interesse de determinados grupos.

Nessa direção, a inserção do multiculturalismo no currículo acaba utilizando as temáticas da inclusão, da diversidade e da valorização cultural das minorias para servir aos interesses políticos e econômicos do Estado. Sem contar a sobrecarga de conteúdos que discutem a especificidade de alguns grupos apenas.

Em contrapartida, pensar o currículo da alfabetização a partir da PHC nos possibilita também pensar na construção de uma sociedade sem classes, haja vista que os conteúdos

ensinados na escola devem concorrer para a luta contra a hegemonia, destacando não apenas particularidades de determinados grupos, mas a universalidade, sendo que a Pedagogia Histórico-Crítica defende a importância do trabalho escolar como ponto necessário ao desenvolvimento cultural. Nessa teoria,

[...] concebe-se o currículo como um produto histórico, resultado de uma luta coletiva, da disputa entre classes, que envolve questões ideológicas, políticas e pedagógicas. Ao considerarmos isso, a organização do currículo deve propiciar não somente meios para que sejam compreendidos os conhecimentos nele inseridos como também o papel da classe trabalhadora no movimento de contradição existente na sociedade (MALANCHEN, 2016, p.213-214).

Nesse caso, a cultura erudita e o saber sistematizado devem ser priorizados, não para anular a cultura popular nem para extinguir o debate sobre as diversidades, mas para que, a partir de uma luta universal, as chamadas minorias possam também ser beneficiadas. Assim, será possível buscar não apenas o combate ao preconceito contra alguns grupos, mas o combate a toda diferença que surja das desigualdades sociais. Nesse sentido, Saviani (2011) defende que é necessário construir uma humanidade que se aproprie do que foi historicamente acumulado e que valorize o saber sistematizado.

É evidente que o combate contra as desigualdades é imprescindível, e não há intenção de deslegitimar suas contribuições na história, entretanto, essa luta teria maior força se fosse feita de forma mais ampla, como no exemplo já postulado por Marx (2010), em *A questão Judaica*, sobre o questionamento do pedido especial de emancipação política dos Judeus, quando poderiam, na verdade, lutar por uma causa maior: a emancipação humana, no âmbito da luta de classes, que poderia trazer liberdade plena ao indivíduo, pois, segundo o autor, a primeira forma traria limitações, uma liberdade limitada, e essa luta deveria ter objetivações para além disso, ainda que Marx não fosse “indiferente à discriminação sofrida pelos judeus na Alemanha” (MARX, 2010, p. 86).

Então, a luta por algumas especificidades é justa, mas não traz ferramentas para uma emancipação plena.

[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forças próprias” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força política (MARX, 2010, p. 54).

## *Multiculturalismo e alfabetização sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica*

Nesse sentido, ressalta-se que a questão está muito além da defesa ou não dos movimentos que lutam pelos direitos das minorias e respeito às diversidades, mas o risco do relativismo que se esconde em meio a esses discursos e suas consequências para a educação. Assim, Della Fonte (2011) afirma que, no centro das formulações como Multi/interculturalismo e os Estudos Culturais, não está a defesa da diversidade cultural, mas “o relativismo ontológico e o ceticismo epistemológico”, que nos levam a conceber certos valores culturais de forma unívoca.

Desse modo, o currículo deve possibilitar a assimilação dos conteúdos construídos historicamente e priorizá-los, organizando-os de forma objetiva, sem desconsiderar conhecimentos universais, colocando cada um com suas devidas prioridades para que, de fato, construa-se um currículo escolar que não seja uma representação limitada ou uma mescla de conteúdos rasos, mas uma sequência que contribua para a valorização da escola. No caso da alfabetização, a leitura e a escrita não podem ser secundarizadas.

Portanto, a inserção dos conteúdos prioritários no currículo da alfabetização é essencial como um dos caminhos que podem contribuir para a superação da sociedade de classes, visto que o multiculturalismo nas políticas educacionais retarda esse fim. A educação necessita de teorias que possam apresentar propostas pedagógicas vinculadas a uma concepção crítica, e que, como apresenta Saviani (2011), tenha uma melhor noção de currículo na educação.

Em meio a tudo que sobrecarrega o currículo, a especificidade da escola parece ter ficado em segundo plano, posto que ocorre uma ressignificação dos conteúdos que deveriam ser desenvolvidos na escola, não sendo mais o foco os conteúdos científicos, dando lugar a conteúdos voltados para questões cotidianas. Sobre isso, Saviani (2011) diz que a escola acaba colocando como prioritário o que é secundário, e vice-versa. Mas de que forma isso está presente nos documentos oficiais para a alfabetização?

### **O multiculturalismo nos documentos oficiais para a alfabetização**

A inserção do multiculturalismo pode ser observada em vários documentos oficiais para a educação básica, em especial, para a alfabetização, trazendo orientações que vão na contramão de uma educação igualitária e emancipatória.

Desse modo, de acordo com as ideias de Saviani (2011), percebe-se que foi organizado um currículo voltado para a manutenção das exigências da sociedade capitalista em vista de adaptar os cidadãos aos padrões vigentes, reforçando os ideais do escolanovismo: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Padrões que continuam ganhando destaque nas políticas atuais. Assim, ao adaptar-se a essa situação, o indivíduo tende a não buscar mudanças mais amplas.

A exemplo disso, temos a implantação da LDB (BRASIL, 1996), a qual surgiu para se inserir num projeto de adequação da sociedade brasileira ao capitalismo (SAVIANI, 2011), alinhando-se ao projeto neoliberal, deixando de lado a oportunidade de organizar uma política mais global, e isso manteve teorias hegemônicas em todos os níveis da educação básica, colocando à frente a necessidade de se formar indivíduos para adequá-los aos padrões sociais vigentes. Os documentos oficiais passaram a guiar-se pelas exigências da globalização, adequando a escola a modelos internacionais e àquilo que era ditado pelo mercado.

A partir de 1990, a discussão sobre a temática intensificou-se, sendo permeada de influência de estudos situados em teorias internacionais, o que foi apontado por Duarte (2008) como “esfacelamento do currículo”. Dentre esses estudos, também se destaca a temática do multiculturalismo o qual “aparentemente, defende a inclusão social, a democratização, o respeito à diversidade cultural etc., mas que na realidade tem como função principal a legitimação ideológica do capitalismo contemporâneo” (MALANCHEN, 2016, p.5).

A LDB aponta que a educação básica deve assegurar uma formação para o exercício da cidadania, além da proposta de temas transversais e princípios com destaque à liberdade de aprender e de ensinar, propondo uma organização curricular mais flexível. Também traz em seu bojo reflexões pautadas no discurso burguês, como a temática do bem comum, da solidariedade e da tolerância.

Isso também é perceptível em outros documentos, como os PCN (BRASIL, 1997), que trouxeram a mesma proposta de ensino, já postulada na LDB, com pressupostos voltados à teoria multicultural, o que fez parte do currículo educacional por muitos anos, influenciando diretamente como as crianças eram alfabetizadas. Seus conteúdos faziam referência a

## *Multiculturalismo e alfabetização sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica*

elementos sociais, por meio das áreas do conhecimento e dos conteúdos transversais, entre eles, o pluralismo cultural, enaltecendo a cultura de determinados grupos em detrimento da luta pela superação da sociedade de classes. Com base nesse documento, a escrita e a leitura não são tratadas de acordo com periodização do desenvolvimento humano, mas como um processo secundário e raso que pode acontecer espontaneamente.

Isso também é observado nas diversas programações tidas como prioridade na alfabetização, que são apontadas como parte do currículo, por exemplo, datas comemorativas e inúmeros projetos, muitas vezes, voltados somente ao lúdico, sem finalidades específicas, mas como justificativa para a reafirmação da construção de uma sociedade que prioriza o respeito às diferenças. E, assim, o conteúdo passa a ser cada vez mais secundarizado.

Saviani (2011) afirma que essas atividades realizadas pela escola ao longo do ano letivo acabam verticalizando o currículo e impedem a efetivação de sua atividade nuclear: a transmissão-assimilação do conhecimento sistematizado, que consiste em um instrumento de acesso ao saber elaborado.

Em 2010, aprovaram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para Ensino fundamental de nove anos. Dentre essas discussões, a ideia do respeito ao pluralismo se difundiu ainda mais, bem como o respeito à diversidade cultural, que já aparecia nos documentos desde 1990. Nas DCN (BRASIL, 2013), destaca-se que todas as diretrizes curriculares devem trazer a temática da diversidade. Desse modo, conteúdo não é visto como prioridade nos documentos supracitados, desvalorizando um dos pontos essenciais na luta contra o capitalismo: o saber sistematizado.

A temática do multiculturalismo se manteve também no PNE (BRASIL, 2014) e permaneceu nos próximos documentos, servindo de base para a elaboração de materiais didáticos e de políticas em outros âmbitos educacionais.

Em 2017 instituiu-se a BNCC (BRASIL, 2018), definindo o conjunto de aprendizagens de desenvolvimento dos alunos na educação básica, devendo nortear a formulação dos currículos das redes escolares do Brasil. Esta também se manteve atrelada aos conceitos multiculturalistas, e isso é notório, principalmente, quando passamos a observar os conteúdos mínimos que integram os anos iniciais do ensino fundamental, que corresponde

à alfabetização, os quais não mantêm o foco em conceitos mais complexos acerca do que é ler e escrever, com objetivos que também evidenciam o pluralismo, como já visto nos outros documentos. Suas competências gerais para a educação básica mantêm o foco na diversidade e na cidadania, bem como as vivências culturais, como já proposto nos PCN. Os conteúdos passaram a ser muito mais reduzidos e mais próximos ainda daquilo que os alunos já vivenciam em suas práticas do dia a dia.

Atualmente, a PNA (BRASIL, 2019) em vigência, de caráter conservador, autoritário e disfarçado de cientificidade, vai a outro extremo e apresenta uma política ambígua, que se alinha a teorias internacionais e objetiva como fim da alfabetização a promoção da cidadania. Em sua redação, defende a neutralidade, mas as práticas discursivas mostram o contrário. Mesmo que não apresente referências explícitas à temática do multiculturalismo, como os outros documentos supracitados, a política apresenta características do pensamento pós-moderno, neoliberal e ultraconservador. Esse pensamento pós-moderno, o qual, segundo Eagleton (2005) deixa de lado as totalidades e os valores universais, acaba resultando no relativismo cultural e ideológico no currículo e se unindo ao pragmatismo neoliberal.

Nessa política, o ensino está pautado no termo “literacia” que, mesmo descrito como inovação, já aparecia nos documentos internacionais para a alfabetização e concebe essa fase de ensino como codificação e decodificação. Então, essa política também não atende ao que se almeja para a alfabetização, pois representa uma forma impositiva, que não apresenta melhorias para valorização de conteúdos significativos, em especial, da leitura e da escrita. Assim, a PNA vai a outro extremo, e a simples falta de explicitação do multiculturalismo não a torna uma política melhor. Ou seja, não se trata da presença ou não do multiculturalismo, mas do lugar que ele ocupa no currículo; de nada adianta retirá-lo da redação de um novo documento se o fim ainda é o mesmo: a manutenção da lógica capitalista.

Então, não se trata de diminuir o valor das lutas sociais, trata-se de colaborar para a proposição de uma ação educacional consciente na luta de classes, possibilitando o acesso ao saber erudito, que hoje é difundido de forma desigual pelo sistema escolar, como uma das alternativas para o fortalecimento dessa luta.

## *Multiculturalismo e alfabetização sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica*

De forma geral, a maior parte dos documentos está alicerçada em uma perspectiva multicultural, nos valores como o bem comum e na cidadania, para que os educandos aprendam a viver em sociedade, aprendendo também o respeito às diferenças. Desse modo, o multiculturalismo permanece mascarado na educação, postulando ser uma teoria que advoga em favor de todos, priorizando os menos favorecidos, quando, na verdade, sustenta um modelo de educação que não está articulado aos interesses da classe trabalhadora, que não oportuniza ao estudante condições para mudar sua percepção acerca da realidade, que não motiva o indivíduo a lutar coletivamente por uma transformação social, e cabe à escola oferecer muito mais que conhecimentos imediatistas.

A concepção de cultura presente nesses documentos se distancia de uma visão crítico-dialética e da universalidade a partir de uma cultura marxista, que poderia sugerir caminhos para a superação da sociedade de classes e do modelo burguês de educação. Assim, desvalorizam o conhecimento elaborado em prol da valorização da diversidade.

A PHC apresenta-se como uma proposta para que o currículo da alfabetização não fique estagnado no debate sobre a multiculturalidade, mas que seja construído diante de uma visão dialética e fundamentado na seleção dos conteúdos que elevem o psiquismo humano, na priorização pela leitura e pela escrita em suas formas mais elaboradas, apontando para a superação do modelo burguês de educação.

### **Considerações Finais**

Este artigo foi organizado para discutir a inserção do multiculturalismo no currículo da alfabetização, que está cada vez mais permeado de teorias que diminuem a importância do conhecimento objetivo e reduzem o papel primordial da escola.

Evidenciou-se que os documentos para essa fase de ensino são destituídos de conteúdos essenciais para a humanização dos educandos, sendo substituídos por temáticas cotidianas, defendidas, principalmente, pela teoria multiculturalista. Por outro lado, mesmo quando essa tal teoria não é expressa em algum documento, percebe-se um outro extremo, mas com a mesma finalidade, uma educação que não busca romper com o capitalismo.

Quando analisamos os documentos que orientam a educação, em especial, a alfabetização, observamos a negação das formas mais elaboradas de linguagem. No lugar

disso, aponta-se para a preferência a temas superficiais que têm como fim a cidadania, reduzindo o ensino da leitura e da escrita ao mínimo possível.

Na contramão disso, a PHC, que defende os interesses da classe trabalhadora e prioriza o trabalho com os conteúdos de forma intencional, nos dá ferramentas para a luta pela transmissão do saber objetivo e de conteúdos produzidos historicamente pela humanidade, a a fim de dar base para organização de currículo escolar e, conseqüentemente, para que os estudantes tenham o que lhes é de direito.

Concordamos com Malanchen (2016, p.212), ao afirmar que o currículo “[...] como um documento que direciona o trabalho pedagógico, configura-se com base em uma compreensão de sociedade e almeja formar intencionalmente indivíduos em uma determinada direção.” Daí a importância de se pensar nessa temática, de forma contrária ao que é postulado hegemonicamente.

Enfim, é necessário construir uma educação que promova a humanização, principalmente na alfabetização, que embasará muitos saberes que serão adquiridos nas etapas posteriores de escolarização. A fim de que o multiculturalismo não tome o lugar da escrita e da leitura nesse processo, é importante a inserção de conteúdos que visem à instrumentalização de cada indivíduo, que, ao invés de minimizar, maximize as potencialidades de cada estudante.

O que defendemos não é uma luta contra a diversidade nem contra as minorias, mas contra o relativismo científico e contra os retrocessos que atingem a educação, em prol de uma alfabetização que contemple não apenas ler escrever na superficialidade, mas que considere quais possibilidades a aquisição desses dois elementos poderá dar aos educandos. Desse modo, um currículo baseado na Pedagogia Histórico-Crítica pode nos oferecer essas possibilidades.

### **Referências**

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014.
- BRASIL. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, 2019.
- CANAU, V. **Didática crítica intercultural**: aproximações. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.
- DANGIÓ, M. C. S.; MARTINS, L. M. **A Alfabetização sob o enfoque histórico-crítico**: contribuições didáticas. 1. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2018.
- DELLA FONTE, S. S. Fundamentos teóricos da pedagogia histórico-crítica. In: MARSIGLIA, A. C. G. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 169-91.
- DUARTE, N. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, L.M.; DUARTE, N. (Org.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.
- DUARTE, N. **Pela superação do esfacelamento do currículo realizado pelas pedagogias relativistas**. Araraquara: UNESP, jul. 2008. Disponível em : [www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogia/fev-2010/pela\\_superacao\\_esfacelamento\\_curriculo.pdf](http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogia/fev-2010/pela_superacao_esfacelamento_curriculo.pdf). Acesso em 12 dez 2020.
- EAGLETON, T. **Depois da teoria**: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Ed. Cortez, 1987.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.
- GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização**: políticas mundiais e movimentos nacionais. Campinas-SP: Autores Associados, 2014.
- MALANCHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo**. Campinas: Autores Associados, 2016.
- MARSIGLIA, A. C. G. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental**. Campinas: Autores associados, 2011.
- MARTINS, L. M. Os fundamentos psicológicos da pedagogia histórico-crítica e os fundamentos pedagógicos da psicologia histórico-cultural. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.5, n. 2, p.130-143, dez. 2013.
- MARTINS, L.M. Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e desenvolvimento humano. In MARTINS, et. Al. (Orgs.) **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico**: do nascimento à velhice. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. p. 13-34
- MARX, KARL. Sobre a Questão Judaica. São Paulo. Ed. Boitempo. 2010. MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997
- MOREIRA, A. F. B. A recente produção de pesquisa científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 61-85, set./dez. 2001.
- MOREIRA, A. F. B.; CANAU, V. M. Educação escolar e cultura(s). **Rev. Bras. Ed.**, nº 23, Rio de Janeiro, 2003.
- MOREIRA, A. F. B.; CANAU, V. M. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: MEC, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento e Escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004. 287 p.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 1998.

## Notas

---

i Ver mais em Gontijo (2014).

ii Ver mais em Saviani (2011).

iii Ver cada uma das classificações em McLaren (1997).

## Sobre os autores

### Adriany de Moraes Leonardo

Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Amapá. Possui graduação em Letras pela UFPA (2009) e especialização em Linguagem na Educação infantil e nas Séries Iniciais pela UFPA (2012). E-mail: [adrianymorais@icloud.com](mailto:adrianymorais@icloud.com) Orcid <https://orcid.org/0000-0001-7954-7639>

### Demilto Yamaguchi da Pureza

Professor da Universidade Federal do Amapá, com Doutorado em Ciências, Universidade de São Paulo (USP). Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer -NEPEFEL da UNIFAP, Brasil. E-mail: [demiltop@gmail.com](mailto:demiltop@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8336-2178>

### Cássia Hack

Professora da Universidade Federal do Amapá, departamento de Educação, Curso de Educação Física. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com estágio na Università degli Studi di Cassino e del Lazio Meridionale (UNICAS/Itália). Cássia Hack. E-mail: [cassia.hack@gmail.com](mailto:cassia.hack@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9238-3819>

Recebido em: 02/03/2021

Aceito para publicação em: 02/10/2021